

CELSO MING

celso.ming@grupoestado.com.br



Lições para 2008 (1)

Quem olha para a frente, procura identificar tensões com que lidar. Aqui vão duas das principais a serem enfrentadas pela economia mundial em 2008.

Rejeição ao dólar – Entre as fragilidades da economia americana evidenciadas pelo estouro da bolha das hipotecas de alto risco (*subprime*) estão as de sempre, ou seja, o rombo nas contas externas, que despeja cerca de US\$ 3 bilhões por dia útil no mercado internacional; e o rombo orçamentário, provavelmente de igual tamanho, se nele forem incluídas as despesas de guerra.

São esses déficits que explicam a crescente desvalorização do dólar ante as outras moedas fortes, as commodities e o ouro. A sangria aumenta a rejeição do

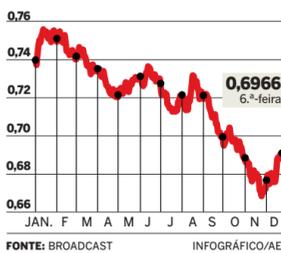
dólar enquanto moeda de reservas, status que mantém há 60 anos. Essa rejeição só não é mais grave porque ainda não há o que entronizar no lugar do dólar.

A prioridade do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) até agora foi desobstruir os canais do crédito e amontoar sacos de areia para evitar que a enchente inunde a economia. Isso exige redução dos juros, ação incompatível com a desejada valorização do dólar e com o combate à inflação, que cresce no país.

Se os Estados Unidos estiverem mesmo empenhados em fortalecer o dólar, como os secretários de Finanças americanos vêm declarando um após o outro, não há caminho mais curto senão reduzir os rombos da economia americana. Isso exige sacrifícios e distribuição de contas a pagar

DESPENCOU

Cotação do dólar em euros



FONTE: BROADCAST INFOGRÁFICO/AE
na sociedade, algo difícil de acontecer em um ano eleitoral.

Ação dos bancos centrais – Os parágrafos anteriores sugerem que algo de novo acontece no desempenho dos grandes bancos centrais. Em dezembro, cinco deles de países ricos (Federal

Reserve, Banco Central Europeu, da área do euro, Banco da Inglaterra, Banco Nacional da Suíça e Banco do Canadá) anunciaram ação coordenada para restabelecer o acesso dos grandes bancos ao crédito que, em consequência da crise, lhes vinha sendo negado por outros bancos.

Afora isso, o Fed foi obrigado a derrubar os juros e, assim, deixar o ataque à inflação para quando der. Também ficou para depois o tratamento destinado a reverter ou a impedir o aprofundamento da desvalorização do dólar, como acima ficou dito.

O Banco da Inglaterra, presidido pelo implacável Mervyn King, não teve saída senão garantir os investimentos do Northern Rock, a instituição de crédito imobiliário que sofreu dramática corrida dos depositantes.

Tudo isso são questões menores diante de outra, mais importante. Os grandes bancos centrais vêm sendo acusados de deixar dinheiro demais rolando na economia e essa excessiva liquidez é a causa das bolhas sucessivas que derrubam a economia mundial.

O problema é que bancos centrais existem para combater a inflação. E, pelo menos até agora, a inflação mundial está entre as mais baixas da história moderna. Se não há juros a puxar (redução de moeda na economia), por falta de inflação a combater, em nome de que estreitar a liquidez?

E, além disso, a crise que hoje inunda o mercado internacional se combate com baixa de juros e não com alta. (Amanhã tem mais.)

Entenda

No dia 19, foi dito aqui que o economista John Galbraith explicou que a estagflação só acontece quando os oligopólios impõem seus preços mesmo quando o consumo cai. Mas como explicar que nos últimos dez anos, com os mesmos oligopólios, a economia global viveu seu período de inflação mais baixa dos últimos 50 anos?

O professor de Economia Carlos de Brito Pereira, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, explica que o processo de globalização atirou os oligopólios locais contra os de outros países. E, nesse momento, a inflação foi empurrada para baixo. ●

O milagre do crescimento on-line.

Acesse ZAP, o portal de classificados do Estadão. Imóveis, carros, empregos e muitos mais.



Econômicas

EFEITO SUBPRIME

Hipotecas levam Merrill a buscar sócio asiático

● O Merrill Lynch está perto de finalizar um acordo para vender uma fatia sua no valor de US\$ 4,4 bilhões à companhia estatal de investimentos de Cingapura Temasek Holdings, disse uma fonte próxima do assunto. O Merrill possui valor de mercado de US\$ 47 bilhões; assim, o investimento

daria à Temasek uma participação pouco inferior a 10%. Prejudicado pela crise do mercado imobiliário americano, o banco procura formas de aumentar sua base de capital. Na semana passada, dois analistas previram que as perdas do Merrill com hipotecas podem ser o dobro do estimado.

NOVOS MERCADOS

ArcelorMittal vai às compras de novo

● A ArcelorMittal anunciou a compra da Cinter, uma importante produtora de tubos de aço inoxidável uruguaia, e assinou um acordo para adquirir 100% das ações da distribuidora de aço austríaca Eisen Wagner GmbH. As transações fazem parte da estratégia da ArcelorMittal para aumentar sua presença na Europa Central e fortalecer seus negócios no ramo de aço inoxidável na América do Sul. “Essa aquisição nos permite dar o pontapé inicial no competitivo e dinâmico mercado austríaco de distribuição de aço”, disse Gonzalo Urquijo, membro do quadro administrativo do Grupo ArcelorMittal.



PACOTE COMPLETO

JAL quer aviões (e pilotos) da Embraer

● A companhia aérea Japan Airlines (JAL) anunciou ter assinado um contrato para comprar 15 jatos da Embraer. Uma das condições do contrato assinado é que a fabricante brasileira também forneça 20 pilotos, informou o jornal *Nikkei* em sua edição da manhã de hoje. A JAL incluiu essa cláusula no acordo por causa da dificuldade de se encontrar pilotos no país. Sua afiliada, a J-Air Co., vai supervisionar a operação dos aviões. A previsão inicial é que eles deverão entrar em operação no país em outubro de 2008, em rotas regionais.

SOB SUSPEITA

8,64%

foi a valorização das ações preferenciais da Cesp na sexta-feira, antes do anúncio de retomada do processo de venda da estatal

PRESENTE PARA O VAREJO

Natal surpreende supermercados

● Na véspera do Natal, os supermercados paulistas já comemoravam. Do dia 20, data do pagamento do 13.º salário, até ontem, as vendas estavam em média 10% acima das verificadas em dezembro passado. “Se fecharmos o mês com este crescimento, será o melhor Natal dos últimos cinco anos”, disse o vice-presidente da Associação Paulista de Supermercados, Martinho Paiva Moreira. Algumas lojas informaram que ontem pela manhã bateram recordes no número de transações por hora. Em 2006, a expectativa com o Natal era grande, mas na última hora o movimento ficou abaixo do esperado. No ano, até outubro, a venda está 3,74% acima de 2006.

Opinião

Ainda vale a pena ser industrial?



Sandra Papaiz*

Uma pergunta que muitos industriais estão se fazendo hoje é se ainda vale a pena produzir, dar emprego, pagar impostos, cumprir seu papel social e, depois, disputar as prateleiras com produtos importados, que chegam aqui a preços muitas vezes até inferiores aos valores cobrados no país de origem, numa clara demonstração da prática de dumping. É uma luta desigual, pois, por mais que os empresários brasileiros cortem custos, é impossível chegar aos preços cobrados pelos chineses, por exemplo – valores que não cobrem nem os custos que temos com a matéria-prima. É nessa hora que muitos industriais começam a pensar se vale mesmo a pena fabricar e se, diante deste quadro, não seria mais vantajoso comprar produtos asiáticos e apenas revendê-los no mercado nacional. Ou, quem sabe, fechar a fábrica brasileira e montar uma nova na China, ou em algum outro país asiático, para, aí, sim, competir em

“igualdade”. Ou, ainda, simplesmente sair do ramo.

O desânimo pode ser, realmente, muito grande, mas o empresário, por sua vez, está muito acomodado. É como se já pensasse que não vale a pena lutar, antes mesmo do início, que as coisas são assim mesmo e não há como reagir. Não percebe que, pensando deste jeito, não há mesmo o que fazer. Seremos vencidos, sem sombra de dúvidas. O empresariado precisa acordar, pois apenas com garra e enfrentando as adversidades é que conseguiremos mudar essa complexa competição.

Para lutar, no entanto, é imperativo ser realista. A taxa cambial é um fator que vem atrapalhando os negócios? O dólar baixo prejudica as exportações e facilita a entrada de artigos asiáticos que não cumprem as normas? A resposta é sim, mas não adianta reclamar do câmbio, pois, nós, industriais, não temos o poder de interferir nesta questão.

Se o empresário pensou que não vale a pena cair no aparentemente fácil caminho da importação/distribuição e respondeu que sim, que ser industrial é sua vocação, ele tem à sua disposição um arsenal de medidas legais que podem ajudá-lo a continuar produzindo. São medidas que demoram a ser adota-

das, exigem tempo, esforço, união do setor, mas valem a pena. Ainda mais porque o governo federal se tem mostrado firmemente empenhado em defender a indústria nacional.

O setor de cadeados, por exemplo, está usando todas as medidas legais para não perder espaço para produtos asiáticos que chegam ao Brasil pela prática de dumping. Para a adoção de algumas dessas medidas foi preciso, inclusive, unir rivais históricas, como a Papaiz e a Pado. Houve um entendimento entre as duas empresas para pedir ao governo a prorrogação das medidas antidumping – a cobrança de uma taxa ou um valor fixo sobre o preço do produto para eliminar as distorções nos preços dos cadeados chineses exportados para o Brasil. O pedido foi aprovado em novembro pelo governo federal, seguindo rígidas normas internacionais.

A valorização aduaneira é outra maneira de coibir abusos na importação. A Papaiz pediu a valorização e qualquer outro industrial pode solicitá-la. Por esse mecanismo, as importações de um determinado produto são acompanhadas pela Receita Federal com mais cuidado, evitando o subfaturamento ou a descrição errada do produto com o intuito de burlar o paga-

mento dos tributos devidos.

Um terceiro instrumento, não menos importante, é a adoção de normas técnicas. Leva anos, necessita do apoio de grande número de empresas discutindo o assunto, mas, no final, compensa. O objetivo é obrigar que o produto importado esteja sujeito às mesmas normas técnicas a que já se sujeita o produto fabricado no Brasil, garantindo qualidade e segurança ao consumidor final.

Para todas estas medidas os industriais contam com o apoio de seus sindicatos, associações, federações estaduais e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Também, é claro, é preciso cortar custos, investir em tecnologia. Mas, para o industrial que produz e quer continuar produzindo, essas são medidas rotineiras, independentemente da ameaça de produtos asiáticos. O que não pode acontecer é o industrial ficar esperando que alguém bata à sua porta para saber do que ele precisa para enfrentar os concorrentes desleais. O governo não fará isso. Então, agora é hora de os empresários competentes, que se sentem pressionados, tomarem uma atitude! ●

*Sandra Papaiz é presidente do Conselho de Administração do Grupo Papaiz

Sem a CPMF, o Tesouro pode lucrar

O fim da CPMF não favorecerá apenas o saldo das contas bancárias, mas também o Tesouro Nacional, segundo os economistas Celso Martone, da USP, e Paulo Rabello de Castro, citados na coluna *Direto da Fonte*, de Sonia Racy, em 18/12.

Os ganhos do Tesouro não são diretos, pois a União não paga CPMF, mas indiretos. Ao investirem em títulos públicos, os aplicadores querem saber quanto receberão de juros líquidos (depois da CPMF e do Imposto de Renda). O cálculo é comparativo, pois o aplicador escolhe entre um título público emitido em dólares e colocado no mercado internacional, não sujeito à CPMF, e um título em reais, su-

jeito à CPMF. A comparação embasa as operações de arbitragem (em que o investidor dá preferência ao título mais rentável).

Ao adquirir um título público em reais, o investidor externo estará sujeito, até o dia 31, ao pagamento de três CPMFs: no ingresso dos recursos no País, no resgate do título e ao remeter o capital de volta para o exterior.

Como a tributação é de 0,38% em cada etapa, multiplicada por três resulta em 1,14%. Aparentemente, o Tesouro embolsa 1,14% quando o investidor recolhe a CPMF. Mas, na prática, o que interessa ao investidor é a ren-

da líquida, após a CPMF, ou seja, o que o Tesouro ganha, de um lado, recebendo o tributo, ele perde, de outro, ao pagar um juro mais alto para conseguir colocar seus papéis.

Não se pode falar, portanto, em perda de arrecadação da CPMF sobre a negociação dos títulos públicos, mas, provavelmente, em recuperação desse 1,14% sobre o estoque da dívida pública mobiliária, da ordem de R\$ 1,33 trilhão em novembro, ou seja, R\$ 15,1 bilhões.

Três conclusões devem ser tiradas. Primeira: o juro bruto que o Tesouro paga pelos papéis deverá cair, salvo outras va-

riáveis negativas (inflação, fuga de investidores externos, crédito contido, etc.). Segunda: será mais fácil evitar uma alta do juro básico se o IPCA subir. Terceira: o raciocínio aplicado à CPMF se aplica a outros tributos, como o Imposto de Renda na fonte, de 15% a 22,5%, cobrado dos aplicadores.

Se houver uma queda dos juros dos títulos da dívida federal com o fim da CPMF, poderá começar uma nova discussão, versando sobre outras reduções tributárias, até se chegar à queda da remuneração nominal dos papéis. Isso tudo prova que o governo precisa menos da CPMF do que proclamavam as autoridades e até diversos empresários privados ou profissionais da saúde. ●

